



Apresentação

Esta é a quarta edição da série do RADAR ANALÍTICO do ano de 2026 voltada a assuntos relacionados a desdobramentos e contextualização de propostas de CAMINHOS PARA O BRASIL.

O documento político-programático do MDB, lançado em 22 de outubro de 2025, propõe e apresenta linhas de posicionamento quanto à importância do fortalecimento das instituições no que compete a garantia de estabilidade, respeito à Constituição, previsibilidade e confiança nas instituições públicas, baseada especialmente em:

É essencial ampliar a segurança institucional e jurídica para que o Brasil avance rumo a um novo patamar de credibilidade, condição indispensável para atrair investimentos de longo prazo, reduzir o risco-país e simplificar as regras que regem o funcionamento do Estado.

Entre os fundamentos dessa estabilidade, estão: o respeito aos contratos, a autoridade das agências reguladoras, e a observância dos limites e da harmonia entre os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. A previsibilidade nas relações contratuais é decisiva para a viabilidade de grandes investimentos em infraestrutura, serviços e inovação, com reflexos diretos sobre a economia e a tomada de decisões estratégicas.

Por outro lado, a insegurança institucional gera custos elevados: desestimula investidores nacionais e internacionais, eleva o “spread” bancário, encarece a taxa de juros, atrasa obras, bloqueia parcerias e compromete o crescimento. Por isso, é preciso basear-se mais fortemente na convicção de que os Poderes possam cada vez mais pensar, conciliar e atuar com uma visão permanente de Estado, no médio e no longo prazo.

Esse avanço depende, sobretudo, de uma mudança de postura das lideranças políticas. É necessário cultivar uma visão de médio e longo prazo, priorizando o diálogo, o respeito às competências constitucionais e a elaboração de políticas públicas dentro do marco legal já vigente.

Cabe aos Três Poderes, em especial ao Executivo e ao Legislativo, protagonizarem um esforço comum para solucionar controvérsias de forma democrática e transparente, reduzindo a sobrecarga desnecessária ao Judiciário e fortalecendo a confiança no sistema republicano.

Isso exige preservar e fortalecer garantias institucionais de órgãos como o Banco Central e as agências reguladoras, assim como manter canais de diálogo permanentes entre as instituições, respeitando os limites da Constituição e promovendo a harmonia entre os Poderes — não como retórica, mas como prática cotidiana da democracia.

CAMINHOS PARA O BRASIL NOSSO PAÍS, NOSSA CAUSA.

(Causa Mobilizadora 1, página 42)

LIDERANÇAS E CONFIANÇA NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: ENTREGA DE VALOR

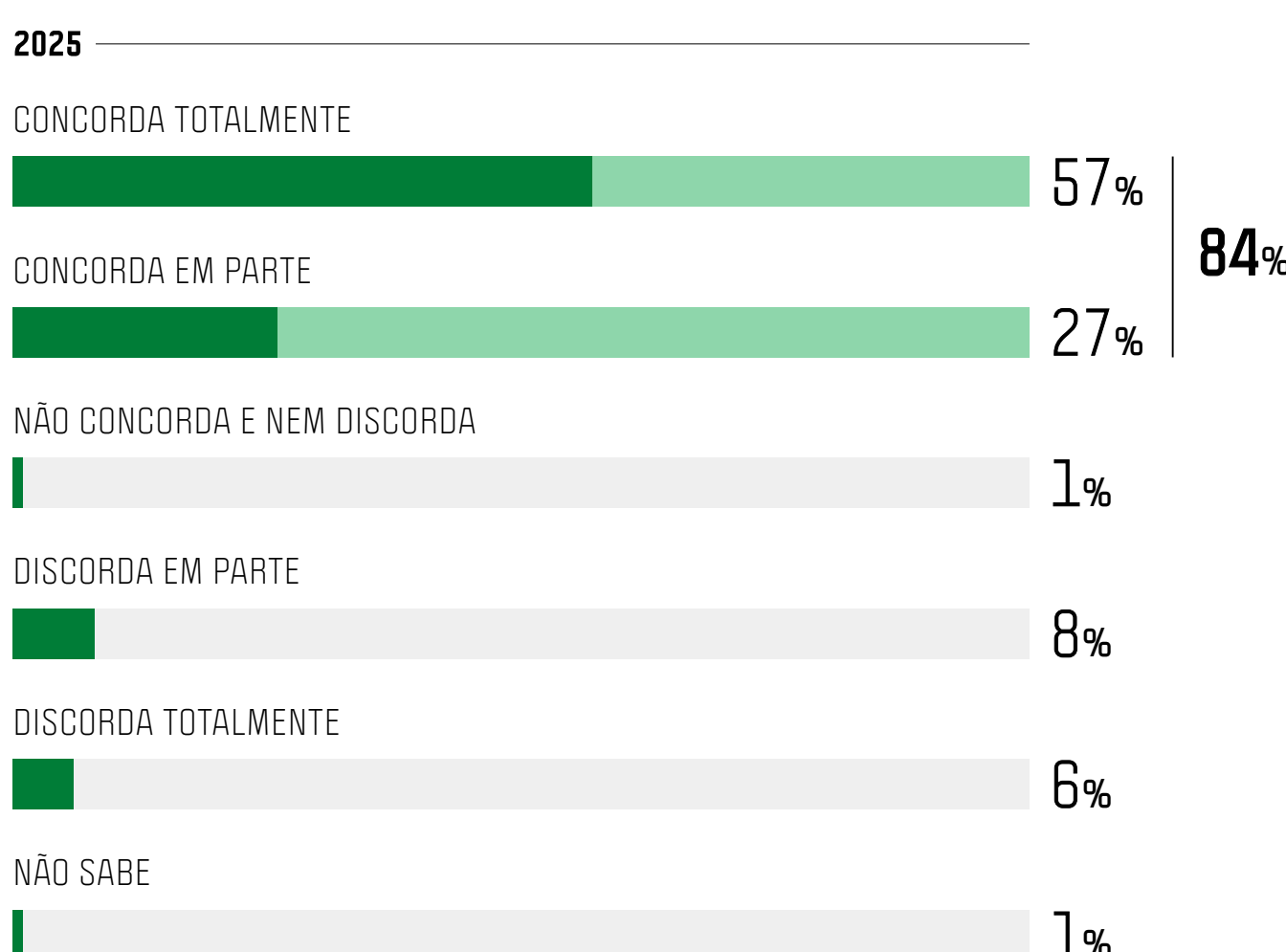
Segundo a pesquisa “Opinião dos brasileiros sobre a gestão de pessoas e lideranças no setor público”, promovida pelo Movimento Pessoas à Frente e realizada pelo Datafolha em 2025, o fortalecimento e o aprimoramento do Estado passam, necessariamente, por lideranças bem preparadas, engajadas e diversas como garantia de melhores serviços e políticas públicas à sociedade.

A confiança de que pessoas bem preparadas em cargos de tomada de decisão possam melhorar a qualidade de vida é afirmada por 82% dos brasileiros, enquanto 84% dos entrevistados acreditam que as lideranças em governos são os principais responsáveis pela qualidade dos serviços públicos.

“Esses líderes são os principais responsáveis pela qualidade dos serviços públicos.” Você concorda ou discorda?

Totalmente ou em parte?

Resposta estimulada e única, em %



UM OLHAR PARA AS ELEIÇÕES

A segurança institucional é citada no documento “Caminhos para o Brasil” como condição indispensável para a credibilidade nacional e internacional, redução do risco-país e fortalecimento do Estado. O objetivo é criar um ambiente favorável ao desenvolvimento, à democracia e à atração de investimentos de longo prazo. Em uma sociedade mais plural com desafios complexos, é importante estimular que as lideranças políticas cultivem visão de médio e longo prazo, priorizando o diálogo, respeito às competências constitucionais e elaboração de políticas públicas dentro do marco legal.

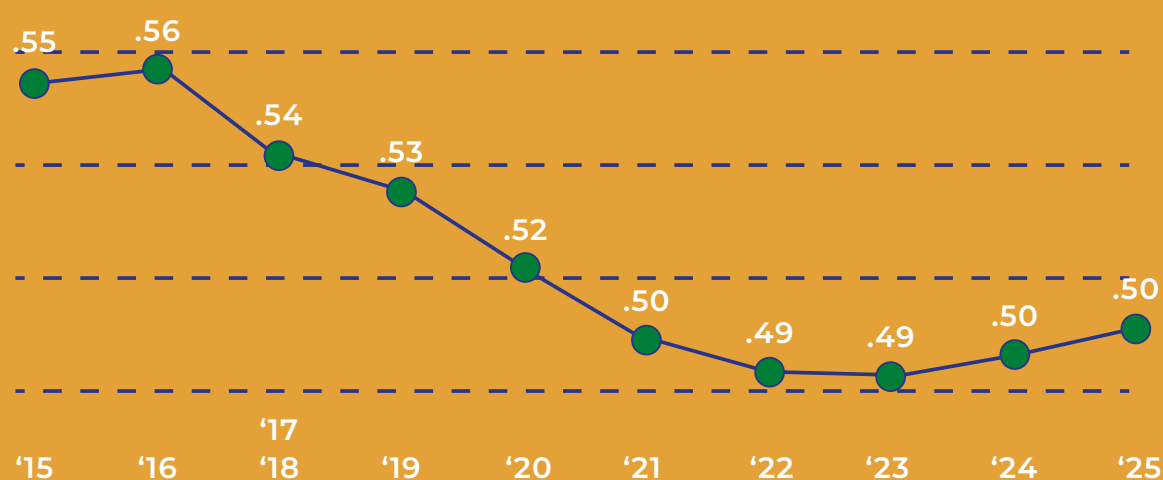
Pensata

ESTABILIDADE NAS RELAÇÕES JURÍDICAS

De acordo com o “Rule of Law Index 2025”, índice elaborado para comparar o Estado de Direito pelo World Justice Project, o Brasil ocupa a 78ª posição entre 142 nações. O levantamento avalia critérios como restrições aos poderes do governo e ausência de corrupção. O melhor resultado do Brasil é em Governo Aberto (transparência), na 44ª posição, e os piores resultados estão em Ordem e Segurança e eficiência da Justiça Criminal, ambos na 111ª posição.

“Caminhos para o Brasil” destaca que é preciso garantir maior segurança jurídica por meio do cumprimento das relações contratuais, com maior previsibilidade. Dentre as ações, estão incluídos os avanços institucionais para assegurar a autonomia de órgãos como o Banco Central e proteção das Agências Reguladoras contra a perda de seu caráter técnico, com a escolha de dirigentes baseada em competência e experiência, evitando indicações pautadas apenas por critérios políticos.

Brasil Pontuação geral do Estado de Direito ao longo do tempo, 2015 - 2025



DESTAQUES - Debate Público e Congresso Nacional

O incentivo ao diálogo, à moderação e à convivência pacífica é fundamental para a estabilidade institucional. Como apontado no documento “Caminhos para o Brasil”, é imperativo resgatar a cultura da civilidade e da convivência pacífica. A democracia não se resume à disputa eleitoral, mas à prática cotidiana do respeito, da escuta e da responsabilidade institucional.